



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**LEI 4.298, de 27 de abril de 2021.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
CONCEDER INCENTIVO À PARAFLU  
DO BRASIL INDÚSTRIA DE  
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos à empresa PARAFLU DO BRASIL INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., CNPJ/MF nº 24.957.152/0001-45, destinado a implantação em definitivo em solo caiense da sede própria da empresa, visando aumento de produção da empresa beneficiada, com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico e social do Município, na forma estabelecida na Lei Municipal nº 4.010, de 25 de outubro de 2017, que instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de São Sebastião do Caí (CODESSC), dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de São Sebastião do Caí/RS, criou a Comissão de Análise Técnica, e deu outras providências.

**Art. 2º** Os incentivos de que trata essa Lei serão os seguintes:

I – Isenção do ITBI incidente sobre aquisição de imóveis destinados a instalação e/ou ampliação da empresa;

II – Restituição de 60% (sessenta por cento) do IPTU dos imóveis de propriedade ou ocupados pela empresa, desde que destinados ao seu processo produtivo, pelo período de 10 (dez) anos;

III – Pagamento de subsídio, ao longo de 10 (dez) anos, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do incremento de arrecadação de ICMS gerada pelo empreendimento.

§ 1º A restituição de que trata o item II terá início no exercício de 2021, é vinculada ao regular funcionamento da PARAFLU no Município, poderá ser requerida após o pagamento integral do imposto e será efetuado em até 15 (quinze) dias a contar da data do respectivo protocolo.

§ 2º Os subsídios de que trata o item III serão calculados, nos termos do inciso VIII do artigo 4º da Lei 4.010/2017, a partir do incremento do valor adicionado fiscal apresentado pela empresa, anualmente, em relação ao valor adicionado fiscal médio dos exercícios de 2017 e 2018, este correspondente a R\$ 12.676.565,92 (doze milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

§ 3º Considerando o protocolo inicial da solicitação de incentivo datar 26/12/2019, o valor adicionado fiscal médio citado no § 2º, consistirá, nos termos do inciso VIII do artigo 4º da Lei 4.010/2017, em base permanente de apuração do incremento do retorno de ICMS gerado pelo empreendimento.

*Júlio*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

§ 4º O valor de que trata o § 2º será corrigido monetariamente, anualmente, pelo IPCA.

§ 5º A partir do resultado do cálculo do ICMS incremental, será calculado o que corresponde a cota - parte do Município, apurado individualmente no Índice de Retorno do ICMS dos Municípios, com base em seu Valor Adicionado Fiscal, no conceito caixa.

§ 6º A apuração dos subsídios a serem repassados a PARAFLU terão seu início no exercício de 2021 e sua apuração ficará ao encargo da Secretaria Municipal da Fazenda, que realizará os pagamentos devidos mensalmente.

§ 7º No exercício de 2021, excepcionalmente, os subsídios serão pagos de forma cumulativa, nos meses de junho e dezembro.

§ 8º Anualmente, sempre ao mês de dezembro, o Município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, encaminhará a PARAFLU informação quanto à estimativa do montante do subsídio para o exercício seguinte, bem como comprovação da respectiva reserva junto a Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Art. 3º** O incentivo de que trata esta Lei deverá ser concedido de acordo com o plano de trabalho e aplicação dos recursos financeiros apresentado pela beneficiária, condicionado, ainda a apresentação dos seguintes requisitos para formalização do ajuste:

I - cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;

II - prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua sede;

III - prova de regularidade, em se tratando de empreendedor já em atividade, quanto a:

- a) tributos e contribuições federais;
- b) tributos estaduais;
- c) tributos do Município de sua sede;
- d) contribuições previdenciárias;
- e) FGTS.

IV - projeto circunstanciado do investimento que pretende realizar, compreendendo a construção do prédio e seu cronograma, instalações, produção estimada, projeção do faturamento mínimo, estimativa do Valor Adicionado Fiscal e/ou Imposto Sobre Serviços a serem gerados para o período do benefício, projeção do número de empregos diretos e indiretos, a serem gerados, prazo para o início de funcionamento da atividade e estudo de viabilidade econômica do empreendimento;

V - projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação dos danos que vierem a ser causados pela indústria;

VI - certidão negativa judicial e de protesto de títulos da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede.

§ 1º A prova de regularidade relativa ao inciso III deste artigo deverá ser apresentada semestralmente, sempre nos meses de janeiro e julho, e será condição para a concessão ou manutenção de qualquer dos incentivos de que trata o artigo 1º;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

§ 2º Na hipótese de não atendimento do disposto no § 1º, o incentivo de que trata esta Lei será suspenso, enquanto não comprovada a regularização mediante apresentação de certidão negativa de débito, ou positiva com efeito de negativa, na forma da legislação pertinente;

§ 3º A empresa não terá direito ao benefício relativo ao período em que esteve em débito, após a regularização do mesmo.

§ 4º O requerimento de que trata o *caput* deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

- I - valor inicial de investimento;
- II - área necessária para sua instalação;
- III - absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- IV - efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- V - viabilidade de funcionamento regular;
- VI - produção inicial estimada;
- VII - previsão de faturamento, valor adicionado fiscal, ISS, empregos diretos e indiretos.
- VIII - atestados de idoneidade financeira fornecida por instituições bancárias;
- IX - demonstração das disponibilidades financeiras para aplicação no investimento proposto;
- X - outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

**Art. 4º** Como contrapartida aos benefícios recebidos, a PARAFLU deverá:

- I – Gerar e manter, no mínimo, 30 (trinta) funcionários, ao longo do período citado no inciso III e § 1º do artigo 2º;
- II – Dar preferência para contratação de mão-de-obra local;
- III - Efetuar seu processo de expansão, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o qual envolve criação de novas empresas, desenvolvimento de novos produtos, serviços e de novas linhas de produção, preferencialmente no Município de São Sebastião do Caí;
- IV – Permanecer em pleno e regular funcionamento, no Município de São Sebastião do Caí, pelo período mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do tempo em que usufruiu do subsídio de que trata o item III do artigo 2º, a contar do término deste;
- VII – Emplacar, no Município de São Sebastião do Caí, ao longo do período em que usufruir do subsídio disposto no inciso III do artigo 2º, todos os veículos adquiridos;
- VIII – Dentro de seu interesse e possibilidades, bem como observando as limitações da legislação de âmbito federal e estadual, efetuar aportes em projetos de cunho cultural e social do Município, através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LIC), Lei Rouanet e/ou COMDICA.

**Parágrafo único:** Em decorrência de aplicação de nova tecnologia que acarrete na redução da necessidade de mão-de-obra, a ser devidamente comprovada e sujeita à aprovação do CODESC, poderá a PARAFLU justificar a redução de até 30% (trinta por cento) de seu quadro de funcionários, a partir do ano de 2022.

*Inteiro*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**Art. 5º** As penalidades a serem aplicadas no caso de descumprimento de contrapartidas definidas nesta Lei, são as seguintes:

I – Na hipótese de descumprimento do inciso I do artigo 4º, será aplicada penalidade correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do benefício de que trata o inciso II do artigo 2º, para cada emprego a menor constatado, com base no valor do ano em que ocorrer a constatação.

II – Na hipótese de descumprimento do inciso IV do artigo 4º, será aplicada penalidade correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do montante recebido pela empresa em decorrência do incentivo disposto no item III do artigo 2º, para cada mês de permanência a menor que o estipulado, caso o descumprimento ocorra nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses, com redução para 1% (um por cento) caso venha a ocorrer após tal período;

§ 1º A aplicação de qualquer penalidade será precedida de notificação, observada a concessão de prazos para ampla de defesa, além de prazo mínimo de 30 (trinta) dias para pagamento.

§ 2º As penalidades deverão ser recolhidas em moeda corrente, junto ao erário municipal.

**Art. 6º** A PARAFLU poderá, a qualquer momento, manifestar desistência quanto ao recebimento dos incentivos previstos nessa Lei, sem prejuízo a aplicação do disposto no inciso IV do artigo 4º.

**Art. 7º** Será celebrado Termo de Compromisso com as avenças dispostas nesta Lei, em até 20 (vinte) dias após sua promulgação.

**Art. 8º** As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 4.234, de 07 de julho de 2020.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 27 dias do mês de abril de 2021.

  
**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal.

Registre-se.  
Publique-se.